

A RELEVÂNCIA DE VARIÁVEIS SOCIAIS EM FENÔMENOS VARIÁVEIS NA FALA DO INTERIOR PAULISTA

Sebastião Carlos Leite GONÇALVES¹

RESUMO: Neste artigo apresento resultados de pesquisas de base variacionista que consideram dois diferentes níveis de análise: o fonológico e o sintático. Os resultados de Ferreira (2007) sobre a redução de gerúndio no português falado no interior paulista (“cantando” x “cantano”) apontam para uma correlação segura com o fator *nível de escolaridade*, o que significa dizer que os índices de redução são inversamente proporcionais ao aumento do nível de escolaridade. Nos resultados alcançados por Santos (2005), na investigação do uso alternante indicativo/subjuntivo em amostras do português falado no interior paulista e na cidade do Rio de Janeiro, essa mesma sistematicidade não se verifica. Os índices apurados permitem colocar, de um mesmo lado, o comportamento de falantes dos níveis extremos de escolaridade (superior e de até 4 anos de escolaridade) e, de outro, o comportamento de falantes dos níveis intermediários (de 5 a 8 e de 9 a 11 anos de escolaridade), embora a diferença entre os índices para cada um desses níveis não seja tão significativa quanto o é para a redução de gerúndio. Com base nesses resultados, constata-se a relevância do fator escolaridade apenas para o primeiro fenômeno, ao passo que para o segundo, a relevância fica por conta apenas de fatores estruturais. Pretendo, então, a partir dessas constatações, trazer à discussão o que de fato constitui a dimensão variável da língua para a identificação de variedades cultas e variedades populares, discussão, aliás já travada há algum tempo no interior da Sociolinguística (LABOV, 1978; LAVANDERA, 1978).

PALAVRAS-CHAVE: variação; gerúndio; subjuntivo; variedades; escolaridade.

Situando a discussão

Tem constituído prática comum nos estudos sociolinguísticos, e de descrição das línguas em geral, a associação da oposição *culto vs. popular* ao fator social *escolaridade*, o que pode significar que a consideração do que define uma variedade culta e uma variedade popular refletiria diretamente o maior e os menores níveis de escolaridade dos indivíduos de uma comunidade. É sob tal premissa que se levanta também a hipótese de que quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior a proximidade de sua fala da norma-padrão culta da língua, porque maior é a pressão

¹ UNESP - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. R. Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth, CEP 15054-000, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, scarlos@ibilce.unesp.br.

social que recebe em razão do maior tempo de contato com os padrões normativos da língua.

Adotaram tal premissa os pesquisadores brasileiros organizados no interior do *Projeto de Gramática do Português Falado*, ao assumirem como tarefa a construção de uma gramática de referência do português culto falado no Brasil com base em amostras de fala de informantes com nível de escolaridade superior completa, provenientes de grandes centros urbanos (SP, RJ, SSA, REC e POA) e em situação de alto grau de monitoramento.² Por outro lado, parece também ter assumido essa mesma premissa os pesquisadores do PEUL/RJ, que têm como base de dados de seus trabalhos sociolingüísticos a variedade urbana carioca considerada popular, não-culta, à medida que estão desconsiderados nas amostras de fala com que trabalham informantes de nível de escolaridade superior.³

Sem querer questionar a legitimidade dos objetivos que levaram à constituição desses dois Projetos, aqui tomados como casos exemplares do que se considera culto e do que se considera popular, a verdade é que, por se tratar de Projetos de referência no cenário da lingüística brasileira, essa premissa por eles assumida parece mesmo ter se disseminado como prática corrente entre os demais lingüistas brasileiros, que também a assumem, mas sem qualquer questionamento das postulações que estariam na base de tais proposições.

Só muito recentemente é que vem sendo questionada a apropriação do rótulo “norma culta” para a identificação da variedade falada por informantes de alto nível de escolaridade, que não cabe, no limite de espaço de que disponho, avançar nessa

² Confirma, a esse respeito, os 8 volumes já publicados da *Gramática do Português Falado*.

³ A esse respeito, são palavras de Scherre & Roncarati (2008, p. 37), na descrição da trajetória e origens do PEUL: “O principal objetivo deste grupo de Pesquisa [PEUL] era a busca da norma urbana não-culta do Português falado no Brasil, uma vez que, antes mesmo de sua existência, já estava em funcionamento o grupo de pesquisa NURC, cujo objetivo principal era a busca da norma urbana culta. Dessa forma seria possível traçar um quadro mais completo da realidade lingüística urbana brasileira.”

discussão.⁴ Basta, por hora, dizer que apenas o critério *escolaridade* não é suficiente para diferenciar o que é culto do que é popular.

Para comprovar o raciocínio de que o fator escolaridade não é critério nem necessário nem suficiente para contrapor uma variedade culta a uma popular, apresento nesta minha exposição dois fenômenos lingüísticos variáveis de níveis distintos, um de nível fonológico e outro de nível sintático, discutidos a partir de suas correlações com a variável *escolaridade*. Para além da necessidade de ampliação de critérios para tal distinção, meu objetivo é situar a discussão em torno também da **dimensão variável da língua**, que permite maior aproximação ou maior distanciamento dos segmentos sociais considerados cultos e populares.

Situado o problema, o restante da minha exposição segue assim estruturado: inicialmente retomo, de modo bastante breve, a acalorada discussão sobre a pertinência de se considerar outros níveis de análises que não o fonológico nos estudos variacionistas (seção 1), para, em seguida, apresentar os dois fenômenos variáveis presentes na fala do interior paulista, que comprovam, empiricamente, que o fator *escolaridade* por si é insuficiente para opor uma “fala culta” a “fala popular”, dentro de uma variedade urbana; antes, porém, nessa mesma seção, caracterizo a fonte dos dados para a qual os resultados são válidos (seção 2). A discussão se fecha então com a apresentação dos resultados alcançados para o fator *escolaridade* e sua correlação com a redução de gerúndio (como em *cantando* x *cantano*) e com o uso alternante indicativo/subjuntivo em construções complexas (como em *Pensei que fosse...* x *pensei que era...*) (seção 3). Reservo a última seção às considerações finais, às quais se seguem as referências bibliográficas.

⁴ Para um aprofundamento nessa discussão, remeto o leitor à obra *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*, de Faraco (2008), recentemente publicada e na qual ele retoma a proposta de Bortoni-Ricardo (2005).

Dimensão variável da língua: um problema e muitas questões

Estou aqui me referindo à **dimensão variável da língua** como sendo o subsistema da língua em que a variação lingüística se manifesta: o fonológico, o lexical, o morfológico, o sintático, o semântico-pragmático. Para manter o foco, e recorrendo a um pouco de história sociolingüística, dirijo-me apenas à questão da legitimidade da oposição entre os níveis “morfo-fonológico” e o sintático no tratamento da variação.

Ao mencionar esses diferentes níveis de análise reconhecidamente susceptíveis à variação, não posso deixar aqui de fazer referência à acalorada discussão ocorrida no interior da Sociolingüística variacionista, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, sobre a pertinência de se considerar a variação para além do nível fonológico (LAVANDERA, 1978; LABOV, 1978). Essa discussão foi desencadeada da partir de uma série de trabalhos variacionistas que, já na década de 1970, passaram a dispensar mais atenção à variação de nível sintático, com o sacrifício, por vezes, de variáveis sociais, como é o caso do trabalho de Weiner e Labov (1983), que, ao estudarem, no inglês, a alternância voz ativa / voz passiva sem agente, desconsideraram em suas análises o componente social.

A questão norteadora da discussão diz respeito a se, para além do nível morfofonológico, permaneceria válida a premissa variacionista de manutenção do significado para formas consideradas alternantes.

Contrárias à consideração de que, para se definir variável não-fonológica, bastaria a manutenção do significado referencial, independentemente de sua forma de expressão, colocam-se os trabalhos de três representativas lingüistas: E. Garcia (1985), B. Lavandera (1978, 1984) e S. Romaine (1981, 1984). Assim, elas se pronunciam criticamente:

- (01) as unidades para além do [nível] fonológico, digamos, um morfema, um item lexical, ou uma construção sintática, têm cada uma por definição um significado
(LAVANDERA, 1984, p. 42)
- (02) as afirmações quantitativas devem ser tratadas como dados que necessitam de interpretação, e as regras probabilísticas constituem apenas recursos heurísticos.
(LAVANDERA, 1984, p. 46)
- (03) aparentes êxitos [alcançados] por recurso a mecanismos analíticos não podem ser considerados como indício de verdade ou de correspondência com a natureza da língua.
(ROMAINE, 1981, p. 117)
- (04) [a Sociolingüística falha por] nunca ter pretendido desenvolver categorias analíticas que, ao proporcionar um ponto de vista original com relação à língua, tornassem possível integrar juízos qualitativos sobre as estruturas lingüísticas com dados quantitativos sobre o uso da língua.
(GARCIA, 1985, p. 218)

A respeito dessas críticas, Labov (1978) considera que, inicialmente, a preocupação da Sociolingüística era investigar a motivação social de algumas mudanças lingüísticas e demonstrar sua distribuição na escala social. Todavia, a Sociolingüística evoluiu e não pode se confinar apenas a estudos de fenômenos variáveis que estejam atrelados aos fatores sociais.

Sem aprofundar o mérito dessa discussão, o certo é que muito já se avançou nos estudos sociolingüísticos para a comprovação da pertinência de se considerar todos os níveis de análise da língua como sujeitos à variação. Mas uma questão ainda recorrente quando da consideração da variação sintática é a pouca ou quase nenhuma atuação de fatores extralingüísticos, a exemplo do que se passa nos níveis morfofonológicos. É tomando tais constatações como axiomas que muitos estudos sintáticos renunciam a variáveis sociais antes mesmo de prová-las irrelevantes. A esse respeito, recorro às palavras de Bentivoglio (1987, p. 19).

- (05) Que valor têm as variáveis extralingüísticas nos estudos sobre sintaxe? **É possível que nenhuma.** Mas para afirmar isto, é preciso antes prová-lo. E como prová-lo, se não se dispõe dos materiais necessários? Quer dizer, admito que **em muitas análises sintáticas não haverá diferenças devidas a fatores extralingüísticos**, e que só os fatores lingüísticos serão importantes. Não obstante, renunciar de antemão à possibilidade de comprovar não me parece posição cientificamente desejável. [...] Caso os fatores extralingüísticos se mostrem irrelevantes, faça-se constar isso, e passe-se à discussão dos fatores lingüísticos.
- (BENTIVOGLIO, 1987, p. 19; grifos acrescentados)

Com essa breve incursão histórica mostro que não é nova a discussão que estou procurando encaminhar aqui. Parece indiscutível que fatores extralingüísticos podem atuar na estratificação social de fenômenos sintáticos, ainda que não se apresentem nos mesmos níveis de significância que têm para o condicionamento de regras variáveis morfofonológicas.

Feitas esses breves considerações passo então à caracterização dos dois fenômenos variáveis presentes na variedade do português falado no interior paulista, aqui utilizados como objeto para situar, em termos empíricos, o problema levantado na primeira seção: a adoção do critério *escolaridade* como insuficiente para a busca de oposição entre variedade culta e variedade popular. Relativamente a esse problema pretendo fazer ver que esse critério não é suficiente quando se considera a variação no nível sintático.

2. Variação na fala do interior paulista

Os dados que sustentam a investigação dos dois fenômenos a seguir apresentados são provenientes do Banco de Dados Iboruna (= *rio preto*, em tupi-guarani), que se compõe de amostras de fala da região noroeste do Estado de SP, mais

precisamente, de sete cidades circunvizinhas, que têm a cidade de São José do Rio Preto como centro sócio, político, econômico e cultural da região.

Sociolingüisticamente controladas, as 152 amostras que compõem o banco de dados foram coletadas entre os anos de 2004 e 2007, considerando-se as seguintes variáveis sociais: *sexo/gênero*, *faixa etária* (5 níveis), *escolaridade* (4 níveis) e *renda familiar* (4 níveis). Empregando-se a mesma metodologia do Grupo “Discurso & Gramática” para a coleta das amostras de fala, os roteiros de entrevistas eram direcionados para a obtenção de cinco diferentes tipos de texto: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), descrição (DE), relato de opinião (RO) e relato de procedimento (RP).

Para a investigação da redução das formas gerundivas, as ocorrências provêm de 32 amostras de fala do banco de dados Iboruna, organizadas equilibradamente com base nas variáveis *escolaridade* e *faixa etária* (FERREIRA, 2007). Os resultados da investigação do uso alternante indicato/subjuntivo assentam-se em 15 amostras de fala do mesmo banco de dados, acrescidas de mais 15 amostras do dialeto carioca, provenientes do banco de dados do Grupo “Discurso & Gramática”, estas incluídas para fins de comparação interdialeto.

2.1. A redução de gerúndio

Como exemplares de variação do nível morfofonológico, os casos de redução da seqüência “-ndo” ~ “-no”, no dialeto riopretano, ocorrem em contexto bastante específico, em que é determinante a identificação de uma informação que é de natureza morfológica: **os contextos de gerúndio**. Neste caso, em particular, uma informação morfológica condiciona um processo fonológico.

Em (06) a (09) seguem ocorrências de itens lexicais de classes morfológicas diferentes, porém com mesmos ambientes fonológicos favoráveis à redução.

(06) **-ando ~ -ano**

- a. **quando** ela começô(u) a namorá(r) meu pa:i... que ele tinha uma menina que gostava de::le... e ela ficava espian**(d)o** meu pai pelo mu::ro
[Iboruna, AC-006-NE]
- b. o **Fernando** Henrique também:: [...]no prime(i)ro governo de::le foi assim... porque e::le... ele pegô(u) o:: o:: o país falido
[Iboruna, AC-144-RO]
- c. eles acharam que a cobra tava enfeitiçan**(d)o** o sapo... éh essa cobra tava queren(d)o enfeitiçá(r) o sapo [..] e um **bando** de... molecada né? mataram a cobra...
[Iboruna, AC-102-NR]
- d. então eu não sei bem se é uma falha... NOS educadores ou::... nos educ**andos**...
[Iboruna, AC-102-RO]

(07) **-endo ~ -eno**

- a. eu ia acabá(r) morren**do** mesmo...eu ia acabá(r) morren**(d)o**
[Iboruna, AC-144-NE]
- b. o taPE::te? eu est**endo** ele no chão jogo sabão em pó... esfrego bem::
[Iboruna, AC-032]
- c. vamo(s) supor prendê(r) as porte de arma né? mesmo que o::... que né? que o::... perdeu né? agora no rever**endo** aí... ²[de arma né?]
[Iboruna, AC-030-RO]

(08) **-indo ~ -ino**

- a. aí depois sain**(d)o** assim sain**do** da quadra tem a academi::a
[Iboruna, AC-016-DE]
- b. então tá tudo ótimo tudo muito **lindo**...
[Iboruna, AC-056-RO]

(09) **-ondo ~ -ono**

- a. na outra ponta eu só escon**do** os fios
[Iboruna, AC-056-RP]
- b. e ele viu a menina pon**do** a calcinha
[Iboruna, AC-015-NE]

c. vô(u) falá(r) né? sobre meu rancho né?... [...] ele se distancia de São José do Rio Preto... ah éh::... reDONdo cento e dez quilômetros...

[Iboruna, AC-011-DE]

Desse conjunto de dados, o importante a destacar é que apenas o ambiente fonológico não é suficiente para a instanciação de um contexto variável. Nos quatro conjunto de ocorrências dadas, (06) a (09), o mesmo ambiente fonológico das formas nominais de gerúndio dos verbos de primeira, segunda e terceira conjugação, incluindo nesta última a variante em vogal temática *-o*, ocorre também em outras classes de palavras, como a de nomes (*Fernando, bando, educando, referendo*), de adjetivos (*lindo, redondo*) e de conjunções (*quando*). Entretanto, a variação *-ndo* ~ *-no* afeta somente a classe dos verbos nas suas formas nominais de gerúndio, nas ocorrências assinaladas pelo segmento consonantal representando entre parênteses. Observe-se aqui a impossibilidade de redução quando se trata mesmo de derivados de formas gerundivas como em (6d), *educandos/*educanos*.

Importante também é destacar que o fato de pertencer a classe de verbos não constitui informação morfológica suficiente para o contexto variável, em vista da existência de verbos cujo radical é formado pela consoante [d] em posição final, como *estend-*, em (07b), *encond-*, em (9a), e muitos outros exemplos (*mand-, vend-, find-*), todos constituindo casos em que a flexão em primeira pessoa do singular do presente do indicativo cria contexto fonológico semelhante ao das formas de gerúndio (cf. *mando, estendo, findo, escondo*), mas sem a informação morfológica relevante para a aplicação do processo de redução da forma “-ndo”.

Das análises dos casos exemplificados de (06) a (09), o que se pode concluir é que, nessa variedade do português, o processo de assimilação “-ndo” ~ “-no” parece mesmo não constituir um processo geral da sua fonologia, mas um processo que se

aplica apenas às formas de gerúndio. Esse mesmo processo, entretanto, é verificável na passagem de algumas formas latinas para o português, como a que se verifica, por exemplo, em: *verecundi* > *verecunni* > *vergonha*, mesmo contexto que propicia a assimilação do fonema [d] pela nasal [n], ambas alveolares. É possível que para outras variedades tal processo se aplique mais ostensivamente, atingindo outras classes de palavras.

Sobre o processo em si, Cristóvão Silva assim o explica:

Quando temos [falãdu] a consoante nasal cumpre o seu papel de nasalizar a vogal precedente e /do/ ocorre como a sílaba final. Quando temos [falãnu] a consoante nasal cumpre o seu papel de nasalizar a vogal precedente, mas a consoante nasal irá também ocupar a posição de consoante inicial da sílaba final.

(CRISTÓFARO SILVA, 1996, p. 61)

2.2. A alternância subjuntivo/indicativo em estruturas complexas

Sob perspectiva variacionista, é relevante compreender em que medida o uso do modo subjuntivo pode ser considerado fenômeno sintático. Vejamos alguns dados:

- (10) advérbio x subjuntivo
 a. **talvez**, se eu fizesse a outra [prova] eu não **passaria/(passasse)** [G&D, 14, NE]
- (11) predicados matrizes x subjuntivo
 a. no começo desse ano... eu.... eu conheci uma garota que **eu pensava** que ela **era/(fosse)** muito minha amiga [G&D, 31, NE]
 b. meu pai **achava** que ela **tinha/(tivesse)** quebrado a perna [Iboruna, AC-008, RE]
 c. os cara chegava né? e tal que/ que/ **queria** que eles **ficava/(ficassem)** eles era moleque que eles **ficava/(ficassem)** beijando a mão dos cara aquelas coisa de antigo né?

[Iboruna, AC-119, NE]

(12) orações adverbiais x subjuntivo

a. **se a pessoa deu /(der) espaço** eu pego amizade muito fácil...

[Iboruna, AC-047, NE]

b. **se vinha/(viessem) os coleguinha dele... em casa brincar...** ela escondia os brinquedo... tocava os menino embora

[Iboruna, AC-133, RE]

Enquanto em (10), a presença do advérbio *talvez*, um modalizador epistêmico, determina o uso do modo subjuntivo na oração principal de uma condicional, nas ocorrências em (11), é a semântica do predicado matriz (*pensar, achar, querer*), todos verbos modalizadores, que determina o emprego subjuntivo na oração encaixada. Já em (12), é contexto *irrealis* (hipotético) da oração adverbial condicional o determinante da escolha do modo.

Diante dessas ocorrências, observa-se que, em português, o modo verbal se manifesta morfológicamente, mas é apreensível somente a partir das relações que se manifestam no interior de um complexo oracional. É por excelência o modo da subordinação, aqui entendida em sentido lato, para incluir também os casos em que sua manifestação é dependente da presença de advérbios epistêmicos, como em (10).

Conclui-se daí que a possibilidade de alternância indicativo/subjuntivo deve-se à presença de algum elemento modal ocorrente no interior do complexo oracional e não à flexão de modo em si. Em outras palavras, a distinção modal não é inerente à flexão verbal; é antes apenas reflexo morfológico de uma condição externa ao verbo flexionado, fato que também pode ser interpretado como uma marcação redundante, a exemplo da concordância nominal e verbal, e por essa razão sujeita à variação.

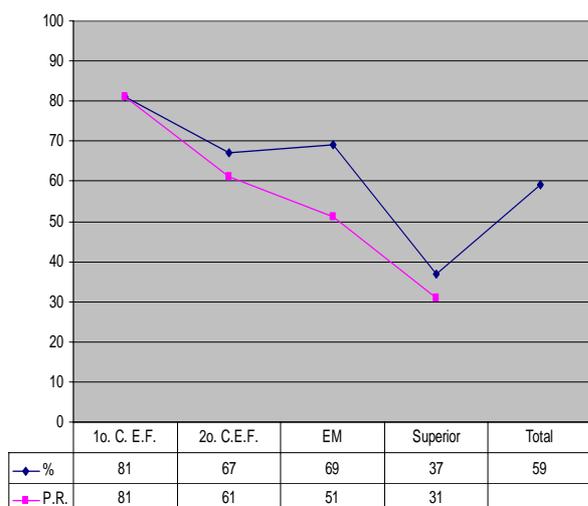
As ocorrências dadas em (10) a (12) mostram que a manifestação do subjuntivo decorre de determinações que operam no interior do enunciado, e, portanto, a

possibilidade de alternância com o modo indicativo nesses mesmos contextos revela tratar-se de uma instanciação de variável de nível sintático.

Passo, então, à questão central dessa exposição.

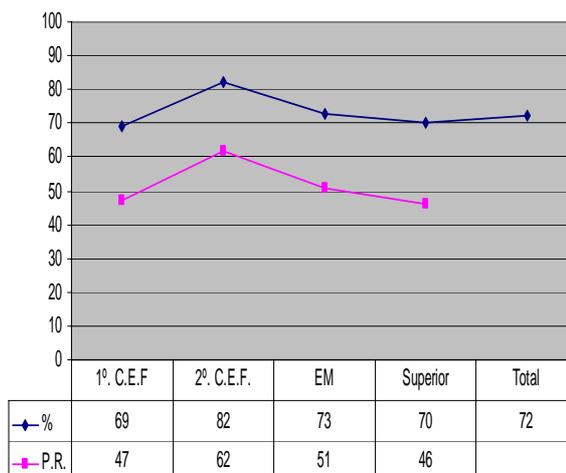
3. Os resultados

A atuação do fator escolaridade sobre os dois fenômenos aqui investigados torna possível observar uma correlação segura apenas para os casos de redução de gerúndio, uma variante que, embora presente, com altos índices, em todos os níveis de escolaridade, e por isso pouco ou nada estigmatizada na comunidade, permite ver uma clara separação das fronteiras sociais, ao passo que a variante de modo, também não estigmatizada nos contextos de subjuntivo pela mesma razão, não delimita as fronteiras sociais. É o que se pode observar nos gráficos 1 e 2, elaborados e reinterpretados com base nos trabalhos de Ferreira (2007) e de Santos (2005), respectivamente.



INPUT.60

Gráfico 1: Redução de gerúndio vs. escolaridade.



INPUT.73

Gráfico 2: Uso do subjuntivo vs. escolaridade.

No gráfico 1, observa uma nítida fronteira que coloca de um lado falantes de escolaridade superior e de outro, falantes dos outros níveis de escolaridade. Os valores de peso relativo (PR) mostram que os índices de redução de gerúndio são inversamente proporcionais ao aumento do nível de escolaridade dos informantes: maior o grau de escolaridade, menores os índices de redução de gerúndio. Entretanto, a escolaridade superior é o único fator que claramente desfavorece a redução do gerúndio: enquanto para esse segmento social o PR é de .31, para todos os demais o PR é superior a .50.

No gráfico 2, que expressa os resultados para os usos alternantes de modo, essa mesma sistematicidade não se observa. Os índices revelam uma fraca atuação do fator escolaridade na delimitação de fronteiras sociais. Os PRs permitem identificar que o uso de subjuntivo em contextos requeridos está correlacionado aos níveis intermediários de escolaridade. Mesmo entre os informantes desses dois níveis de escolaridade (de 2º. C.E.F. e de E.M.), contrariamente ao que seria esperado, os pertencentes ao 2º. C.E.F. empregam mais freqüentemente o modo subjuntivo do que os pertencentes ao EM. Além disso, em relação ao emprego do subjuntivo, os resultados mostram ainda o comportamento muito próximo de falantes do 1º. C.E.F. e do Ensino Superior.

Embora não relevante para a discussão central deste trabalho, os resultados para a variável *faixa etária* confirmam as nítidas fronteiras sociais recortadas pelo fenômeno de redução de gerúndio, como se observa na tabela 1.

Tab. 1: Redução de gerúndio vs. faixa etária

Faixa etária	% (apl. Total)	P.R.
16 a 25 anos	77% (80/104)	.69
26 a 35 anos	67% (62/93)	.55
36 a 55 anos	56% (61/109)	.52
+ 55 anos	29% (22/76)	.20
Total	59% (225/382)	

Do mesmo modo de atuação da variável escolaridade, verifica-se para as diferentes faixas etárias que a redução de gerúndio é mais freqüente quanto mais jovens são os informantes. O resultado para os informantes de + 55 anos permite inferir um claro comportamento de identidade frente ao fenômeno em questão que os colocam de algum modo diferenciados dos demais membros da comunidade.

Para o caso do uso do subjuntivo, vale aqui comparar os resultados obtidos para duas variedades diferentes do português brasileiro, que seguem na tabela 3, os quais dispensam maiores comentários, dada distribuição exatamente igual de aplicação do modo subjuntivo.

Tab. 2: Uso do subjuntivo em duas variedades do português brasileiro.

<i>Corpus</i>	% (Apl./total)	P.R.
São José do Rio Preto	72 (87/120)	.50
Rio de Janeiro	72 (70/97)	.50
Total	72 (157/217)	

INPUT .73

Com base nesses resultados, pode-se afirmar a relevância do fator escolaridade apenas para os casos de redução de gerúndio, ao passo que para o uso alternante de modo, a relevância fica por conta apenas de fatores estruturais, conforme bem demonstrou Santos (2005), em sua dissertação de mestrado.

Considerações finais

Voltando à reflexão proposta nesta exposição e diante dos resultados apresentados espero ter mostrado a importância de também se considerar a dimensão variável da língua quando se pretende usar o critério escolaridade como fator

delimitador de fronteiras sociais e, por conseqüência, de sua associação com a oposição *variedade culta e variedade popular*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. *Estudos Lingüísticos*, n. 15, p. 7-29, 1987.
- BORTONI-RICARDO, S.M. Um modelo para análise sociolingüística do português brasileiro. In: _____. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolingüística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 39-52.
- FARACO, C.A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FERREIRA, J.S. *A redução do gerúndio na variedade de São José do Rio Preto*. Relatório de Iniciação Científica (Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários). 2007. 35p. UNESP, São José do Rio Preto.
- GARCIA, E. Shifting variation. *Lingua*, n. 67, p. 189-224, 1985.
- LABOV, W. Where does the sociolinguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: *Working papers in Sociolinguistics*. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.
- LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in society*, v. 7, p. 171-182, 1978.
- _____. *Variación e significado*. Buenos Aires: Hachette, 1984.
- ROMAINE, S. The status of variable rules in sociolinguistic theory, *Journal of Linguistics*, n. 17, p. 93-119, 1981.
- _____. On the problem of syntactic variation and pragmatic meaning in sociolinguistic theory. *Folia linguistica*, n. 18, p. 409-37, 1984.
- SANTOS, R.M.A. *O uso variável do modo subjuntivo em construções complexas*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos). 2005. 148f. UNESP, São José do Rio Preto.
- SCHERRE, M.M.P., RONCARATI, C. Programa de estudos sobre o uso da língua (PEUL): origens e trajetórias. In: VOTRE, S.J., RONCARATI, C. (orgs.) *Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2008, p. 37-49.
- VOTRE, S., OLIVEIRA, M.R. *A Língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- WEINER, E.J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, n. 19, p. 29-58, 1983.